

## Ricoeur e a psicanálise: identidade e narrativa ao ego

*Ricoeur and psychoanalysis: from the narrative identity to ego*

Fábio Libório Rocha<sup>1</sup>

Daniela Scheinkman Chatelard<sup>2</sup>

**Resumo:** Nossa investigação neste artigo analisa a psicanálise criticada pelo filósofo Paul Ricoeur, mediando a narrativa do sujeito como uma narrativa identitária do outro. Segundo Paul Ricoeur, a psicanálise na identidade narrativa começa quando o sujeito supera o paradigma da verdade absoluta. Todavia, o historiador, sendo sujeito, possui uma identidade narrativa e se emancipou enquanto sujeito egoico como tal. Com efeito, Paul Ricoeur também representa uma historiografia francesa que admite a temporalidade como promotora de uma clivagem narrativa e por isso estudou o domínio freudiano da palavra em seus paradigmas semióticos e narrativos das Fontes históricas. Assim, ocorre fundamentalmente uma diferenciação entre a narrativa de Freud e a narrativa histórica, pois aquele assumiu como sujeito de linguagem, uma correlação com o conceito de identidade. De outra forma, na psicanálise de Lacan, a palavra do outro pode também ser crível e sabê-la por mim. Deste modo, o desejo do sujeito é o signo do outro narrado, de ser narrado e de interpretar, de fazer sua hermenêutica.

**Palavras-chave:** Narrativa. Paul Ricoeur. Teoria da História. Psicologia. Filosofia da Psicanálise.

**Abstract:** This article evaluates the criticism of psychoanalysis made by philosopher Paul Ricoeur, who mediates the subject's narrative as an identity of the other. According to Paul Ricoeur, during the narrative identity, psychoanalysis start when the subject overcome the absolute truth paradigm. A historian, himself a subject, has his own narrative identity and can emancipate as a self-centered subject. Paul Ricoeur also presents a French historiography which includes temporality as an instrument capable of promoting cleavage, therefore he studied the Freudian domain of words through its semiotic paradigms and narratives from history sources. Basically, there is a difference between Freud's narrative and the history narrative, as for Freud the subject's language is related to the concept of identity. On the other hand, in Lacan's psychoanalysis, the speech of the other may be believable and known by the subject. Therefore, the subject's desire is a symbol of the narrative of the other, of that whose narrative is presented and interpreted, and of his hermeneutics.

**Keywords:** Narrative. Paul Ricoeur. Theory of the History. Psychology. Philosophy of the Psychoanalysis.

---

<sup>1</sup> Aluno do pós-doutorado (2015) em Psicologia Clínica na UNB (Orientação de Dr<sup>a</sup> Daniela Scheinkman Chatelard) com o tema: "Verdade e gozo na antifilosofia de Jacques Lacan". Sou graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000), mestre em Filosofia pela UGF (2003) e doutor em História, pela Universidade Federal do Paraná (2009). Professor da UDF – centro universitário e do IESGO, no curso de Psicologia.

<sup>2</sup> Professora adjunta no Instituto de Psicologia e no Programa da Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura na Universidade de Brasília - UnB. É psicóloga e doutora em Filosofia pela Université de Paris-VIII (1999). Contato: dchatelard@gmail.com, Data de submissão 15/10/2015 e aceite em 18/11/2015.

Ao observar a textualidade de Paul Ricoeur presente em sua obra *História e Narratividade*, sobretudo no capítulo *A Identidade Narrativa*, percebemos claramente que não foi um escrito vulgar. Resume o discurso da conferência realizada na Faculdade de teologia da Universidade de Neuchâtel, em nove de novembro de 1986, como requisito da concessão do título de doutor *honoris causa* em teologia. Nesse discurso, Ricoeur faz uma correlação entre as teses de Freud e Lacan, acerca do ego do sujeito em sua narratividade, como sujeito da ação, onde a autoidentificação se interpõem a identificação do outro, o que possibilita o real do relato histórico e o irreal no relato de ficção épica, dramática ou novelística. Decorre que as reflexões sobre a narrativa de Paul Ricoeur apresentam uma similaridade com a tese de Lacan naquilo ao que Ricoeur chamou de identidade. Por meio da narrativa de Ricoeur, encontram-se disponíveis os subsídios para compreender por que essa tese se debruça sobre o pensar e fazer ciência, predominante nos estudos semióticos. A partir deste momento os campos de estudo que pretendiam serem ciências ou epistemologias visando entender o homem e a sociedade, pensaram poder reivindicar um *status* de ciência.

Sendo assim, esta matriz disciplinar de Ricoeur surgiu sob a forma do rigor na pesquisa acadêmica histórica, e este rigor foi conseguido pela narrativa herdeira da linguística, desde Saussure. Desta forma, implicam uma episteme: Saussure serve a Lacan, a Roger Chartier e a Hayden White. Mas em relação ao campo da história isso apresenta uma nova relação ao domínio atual da narrativa. Assim, a proposta deste artigo é a de fazer um percurso entre as críticas igualmente de outros intelectuais que possibilitam a consolidação da construção narrativa de Paul Ricoeur em dias atuais. Jakobson e Lacan haviam entrevisto o inconsciente a partir da linguística e se não há um ponto zero do sujeito, há uma fonte de toda a fala inclusive na poética do sujeito que escreve, que narra. Roger Chartier (2002)<sup>3</sup> percebe que a narrativa em Ricoeur inclui seu aspecto linguístico e seu aspecto de Fonte a um só tempo. Mas a narrativa produz um sintoma em Lacan<sup>4</sup> no sujeito o qual seria uma práxis. E justamente por esse motivo, Lacan lançou a pergunta

---

<sup>3</sup> Para apontamentos sobre esta concepção, ver a obra CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 2002, p.81.

<sup>4</sup> LACAN, Jacques. O seminário. Livro 6. *O Desejo e sua Interpretação*. Porto Alegre: Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2002, p.408. Lacan diz: (...) tão importante em todas as formas, em todas as manifestações do acesso do homem à sua própria realidade, na consagração de sua plenitude de homem - nós sabemos pela história, nós sabemos pela etnografia (...).

para todos nós: o que é uma práxis? Segundo o psicanalista francês é um termo, o mais amplo para designar uma ação realizada pelo homem, seja ela qual for que o conduz a interpretar o real advindo do campo simbólico. Os historiadores sabem que toda a escrita é feita por símbolos, por signos, que são também letras. A experiência estendida sob o campo de uma práxis, cujo ponto central é o desejo do historiador, norteia a transmissão narrativa das histórias, sejam elas biográficas ou cronológicas. Nesse movimento, aquilo de que se trata na experiência psicanalítica é de “fazer falar”, a começar pelo nascimento desta práxis com sujeitos históricos. O sintoma é de início o mutismo num sujeito suposto falante, pois aquele sujeito falante é um narrador descompensado. Ora, lembramos Ricoeur, onde o traço diferencial do historiador é precisamente esse movimento mesmo de narrar, no qual se constitui o seu desejo. Não é surpreendente que Freud tenha entrado por esta porta para demonstrar as relações do desejo à linguagem e que ele tenha por esta investigação, descoberto os mecanismos do inconsciente. Deste modo, descobre-se por hora a razão da importância de Freud na ciência histórica, não somente para Lacan e Paul Ricoeur, mas também para Michel de Certeau<sup>5</sup>.

Em psicanálise busca-se a verdade naquela época esquecida da primeira infância, ou seja, o sujeito possui sua própria temporalidade, cronologia e porque não, antiguidade histórica individual e por vezes mesmo uma história oral. Mas confessamos especificamente nosso objeto de estudo, uma identidade<sup>6</sup> no sujeito, que narra um algo e este sujeito em especial será o próprio historiador. Com efeito, o sujeito da psicanálise é o mesmo sujeito das histórias, mesmo em Paul Ricoeur, pois ambos procuram a verdade. De fato, a pré-história da verdade histórica corresponde a uma verdade poética que foi o solo a partir do qual ou contra o qual se organizou o pensamento filosófico grego. Então, bem muito antes do homem ocidental elaborar o conhecimento, de opor a verdade ao falso no interior do discurso, a cultura grega já era atravessada pela noção de *Alethéia*: a verdade para o poeta da Grécia Arcaica. Ao lembrarmos-nos de Gaston Bachelard, de sua *episteme*, vemos a escolha do objeto da pesquisa, sem neutralidade, mesmo na natureza dos objetos psíquicos, religiosos e culturais. Somos herdeiros do discurso da ciência em sua

---

<sup>5</sup> CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2008. Consideramos o texto mais completo sobre o uso da Psicanálise como influência historiográfica.

<sup>6</sup> Nosso presente artigo surgiu como resposta à indagação sobre a identidade narrativa e sua relação com o alterego, proposta na obra RICOEUR, Paul. *Historia y Narratividad*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1999.

aplicabilidade, replicabilidade, desde o positivismo do século XIX. No discurso das ciências, o homem perde as suas qualidades para se equiparar ao gênero humano, senão destoaria e muito, para uma aceitação epistêmica que sempre o generaliza. Por esta razão, pode-se verificar que a história cala fundo em temáticas como as da sexualidade, pois pensando, o sujeito é o único objeto que se avalia pela razão, sendo sujeito e não mais como objeto como na metafísica medieval, a despeito do esforço escatológico empreendido por Foucault em sua série sobre esta temática importante, sobretudo para a interpretação da identidade.

Mas nós temos que narrar algo, para além do discurso da ciência como invenção; deste modo, o historiador reivindica uma qualidade linguística em sua análise das Fontes, em seu *être du métier*. A narrativa envolve uma análise linguística, histórica e mesmo psicanalítica, por causa da formação da identidade no sujeito. A narração possui uma poética, como já havia inferido Jakobson e este a situa orientada em direção à mensagem, para sua própria causa, qual será a do sujeito mesmo. O historiador quer fazer contato, mediar um canal físico (o *métier* do historiador em si), ser conexão entre o emissor e o destinatário, habilitando eles dois para entrar e ficar em comunicação, que para Lacan<sup>7</sup>, seria também em âmbito linguístico tal fenomenologia. Ruptura e leitura traduzem a marca de uma escrita deixada por Jacques Lacan, em 1964; marca que esconde um primeiro tempo – os dez anos de seu seminário endereçado a psicanalistas, seu *métier*. Ele se demite desta função pela qual tanto se dedicara em razão de eventos acontecidos no interior da sociedade psicanalítica e, desejoso de seguir a sua transmissão, o seu ensino, abre, em 1964, uma nova etapa. Para inaugurar este ato, Lacan escolhe trazer uma releitura dos fundamentos da psicanálise, aquela do Campo Lacaniano: o seu Campo por excelência, inscrito em torno do objeto “A”, objeto de todo sujeito.

Lacan narra um método no qual seus entepares estavam em desacordo, sobretudo por uma leitura de Freud que percebia novos interesses de estudo, onde não necessitaria de uma escrita formal como a médica, embora também o fosse. Assim ocorre também na historiografia, no que Ricoeur entende como função poética dos textos de Fontes

---

<sup>7</sup> Ver sobre Lacan uma visão de WHITE (2008, p.46) sobre o fenômeno linguístico: (...) Lacan concebeu a metáfora e a metonímia como os ‘polos’ do comportamento linguístico, representando respectivamente os eixos contínuo (verbal) e descontínuo (nominal) dos atos da fala (...) in WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

históricas, onde não existe necessariamente uma racionalidade lógica. A escola lacaniana criou um “procedimento de passe”, onde se aceita um psicanalista. Com efeito, o *gradus* é conforme a capacidade que se mostra de fazer a Escola progredir. Ele não se confunde com um grau hierárquico, se há ruptura, não há supressão da hierarquia, já que esta última só existe como efeito de um trabalho. Também devemos lembrar-nos deste fenômeno de viragem epistêmica na historiografia da *Escola Metódica*, que em futuro breve, poderá ser suplantada enquanto validação metodológica. Desta forma, o esforço hermenêutico exige uma desconfiança, um ceticismo salutar das Fontes historiográficas, afinal sujeitos estão sujeitos à cultura, a classe e ao tempo de suas obras em determinado lugar social. Dizendo de outro modo, as histórias são validadas quando narradas com uma rígida fundamentação, já nos alertava o historiador Jörn Rüsen<sup>8</sup>.

Concordamos, portanto que a narrativa é uma proposição disjuntiva do discurso da análise, do discurso da filosofia e da história. Embora as abordagens da matriz disciplinar sejam diferentes, em torno de três modalidades de articular a produção de conhecimento, ambas se debruçam sobre uma trilogia da verdade-saber-real, o objeto “a”, do historiador. Como exemplo aglutinador dos dois campos do saber, da história e da psicanálise, poderíamos pensar inclusive na subjetividade do amor como objeto de estudo. Como o linguista Jakobson pensava, o signo é um estímulo ao receptor que o compreende, e é ao mesmo tempo arbitrário e simbólico. É assim que narramos o amor: como objeto do simbólico e como poesia<sup>9</sup>. Como então conciliar a verdade e a narrativa? Sendo assim, Ricoeur reconhece que existe um paradigma histórico em relação à verdade que pode apenas ser narrada, e o conhecimento do objeto histórico possibilita este fenômeno. Ocorre haver uma ideia de verdade que pela reação da variedade epistêmica, nos convidam a uma crise. Se o sujeito, o historiador possui conflitos enquanto narra poderia postular uma certeza de verdade histórica? Todos narramos para alguém, e o historiador narra para o grande público e para a academia a uma só vez, exigindo desta uma consciência crítica

---

<sup>8</sup> Ver RÜSEN (2001, p.99): “[...] O pensamento histórico é científico, portanto, à medida que procede metodicamente. E ele procede metodicamente à medida que as fundamentações de suas pretensões de validade se tornam parte integrante da própria história. As histórias são especificamente científicas, por conseguinte, quando a fundamentação sistemática de sua pretensão de validade é parte essencial delas mesmas, ou seja, quando elas são narradas de forma continuamente fundamentada [...]” in RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica - Teoria da História: os Fundamentos da Ciência Histórica*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

além de uma obra literária, com um distanciamento científico. Desse modo, a ideologia de um historiador seria clivada por uma impossibilidade de crítica total ao seu objeto, não esquecendo que a ontologia da história é a busca pela verdade da Fonte, mesmo quando ela é mesmo narrada por nós. Mas nem sempre narramos o improvável ideologicamente, pois citando um objeto do real, encontramos o fundamentalismo vigente hoje, em boa parte da sociedade globalizada.

De outro modo, o estudo da narrativa nunca se esgota justamente por essa fenomenologia, a de que a alienação do discurso assumiria um distanciamento perigoso para o historiador, faz da narrativa uma episteme importante, pelo menos desde cinquenta anos passados. Atualmente nada escapa a análise narrativa da historiografia, nem mesmo o *slogan* do amor: voltamos a Jakobson, onde um signo é um estímulo ao receptor que o compreende, e é ao mesmo tempo arbitrário e simbólico. Pois se escapar a análise narrativa seria da esfera da mais pura ideologia o que poderia provocar um historicismo radical, ou a o retorno da história total, que não desejamos certamente. Desta forma, continuamos pensando. A ciência histórica é permeada de crenças ou está imersa em uma experimentação contínua em sua produção de conhecimento? As duas vias acontecem paralelas, linhas tênues indubitavelmente e concluímos que a *poiesis* continua soberana e intacta, pois se a história não é um progresso linear, a narrativa dela continuará a ser um modelo a ser estudado pelo historiador. Podemos dar um exemplo de narrativa, a da tragédia. No trágico, temos o cíclico, um tempo que volta sempre ao mesmo ponto, no caso, por exemplo, do amor proibido de Jocasta e Édipo. Aqui temos narrativa e tempo mesclados na mesma tragédia, na impossibilidade de uma relação real-edípica de mãe e filho. Lembramos que a psicanálise observa com atenção este mito, que possui suas verdades imbricadas nessa narratividade. Como percebemos, nenhuma ciência pode se abster da história. Logo passamos a questão da identidade narrativa proposta no texto de Ricoeur<sup>10</sup>.

Quando um historiador narra ele se identifica com um objeto que lhe é caro. Mas como sabemos, é impossível uma identidade entre dois elementos sem que haja um elemento de plano que possibilite esta unificação. Pensando em uma lógica, um “a” de um

---

<sup>10</sup> Sobretudo em RICOEUR, Paul. *Historia y Narratividad*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1999.

sujeito não é igual a outro “a”, mas faz uma crença de que o seja, como ficção<sup>11</sup>. Para Lacan, o ego deve ser percebido como no personagem da tragédia grega, qual conservará desde a origem a estrutura ambígua do sujeito, já que ele é essencialmente acoplado com o eu, numa relação sempre reflexiva, intercambiável – o ego é sempre um alter ego<sup>12</sup>. Ricoeur (1999), leitor de Lacan bem o sabia<sup>13</sup>. Segundo o historiador francês, as variações imaginativas do ego permeiam uma leitura, sendo também uma metamorfose lúdica do mesmo ego. Se nós historiadores sabemos que o sujeito é efeito da linguagem no real, este real sendo narrado nas Fontes poderá eternamente ser reinterpretado, pondo em dúvida assim o próprio sujeito do saber.

Na psicanálise trabalha-se com a temporalidade do sujeito inconsciente em sua relação com uma estrutura de linguagem. Em termos temporais, sabe-se o quanto é precioso para a psicanálise uma referência ao futuro anterior, no subconjunto de ideias após a elaboração simbólica. O tempo para compreender implica o tempo para a passagem ao simbólico. Assim sendo, essa subsunção falada de sua história permite-lhe “reordenar as contingências passadas dando-lhes o sentido das necessidades por vir”. Esse trabalho de *a-parição* do ser, de parir o ser, é todo um processo de *Durcharbeitung*, reelaboração de um sujeito que cria símbolos para se expressar e posteriormente os narra, mas a verdade, não será a simbólica em si. Mas onde ocorre este encontro do objeto “a” de parir palavras? Na ideologia do historiador escondida em sua narração? Pode-se pensar que sim e Ricoeur refletiu sobre o perigo deste caso. Na academia historiográfica, um laço social inclui o discurso do *Mestre*, do universitário, enfim, do próprio historiador, o qual pretende construir uma verdade. Mas os laços sociais do campo educacional são ideológicos<sup>14</sup> e nem

---

<sup>11</sup> Podemos perceber tal refelexão na referência seminal de nosso artigo, na obra RICOEUR (1999, p.24): (...) una *identidad narrativa*, en tanto que solo acontece em su interpretación, lo que responde a la cualidad prenarrativa de la experiencia humana y a que la ficción asimismo narrativa es una dimensión irreductible de la autocomprensión (...). In- RICOEUR, Paul. *Historia y Narratividad*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1999.

<sup>12</sup> Quem escreve, escreve para si ou para o outro? O historiador como sujeito mantém sua duplicidade como Alter-Ego, como nos alertava Dor (1989): (...) Lacan insiste quanto ao sentido desta relação necessariamente reflexiva, na medida em que um ego e sempre um alter ego e reciprocamente (...) in - DOR, Joel. *Introdução à Leitura de Lacan: o Inconsciente Estruturado como Linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989, p.156.

<sup>13</sup> Como observado em RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p.31.

<sup>14</sup> Como exatamente pensava Ricoeur (1990): (...) Ora, se tomamos como adquirido o fato de a ideologia ser uma função da dominação, é porque admitimos também, sem crítica, o de a ideologia ser um fenômeno essencialmente negativo, primo do erro e da mentira, irmão da ilusão. Na literatura contemporânea sobre o assunto, nem mesmo se submete mais ao exame a ideia que já se tornou natural de que a ideologia é uma

sempre produzem uma verdade purista e a psicanálise lacaniana nos ensina que a linguagem é uma operadora<sup>15</sup> que modifica e ordena o real, introduzindo, assim, sua lógica própria no campo do vivente, onde o sujeito é efeito da linguagem no real. Aqui se encontra a nossa operação historiográfica: o limite que nos deparamos com a linguagem, nos aponta para o real. De certo modo, Michel de Certeau (2008)<sup>16</sup> acredita que o prazer se manifesta na escrita, um prazer chamado de gozo por Jacques Lacan, mas que Certeau concebia um prazer formado em conjunto em um teatro estético, por detrás do qual se mantém preservadas uma narrativa.

Lacan faz referência ao amor de saber: a transferência como prática de saber, que o coloca em exercício sob uma forma de decifragem da série de elementos linguageiros do inconsciente. Assim, ele passa por uma estrutura de discurso, ou seja, a maneira pela qual o inconsciente singular de cada sujeito perpassa o laço social e sua decifragem é uma das condições, que coloca em causa o bem-dizer também do historiador. Para o historiador, o sujeito da narrativa é efeito de linguagem no real, ligando o mais íntimo da pulsão à linguagem e o campo da linguagem é constituído pela falta de um significante, de uma parte impossível a significar, ligado ao enigma do que o historiador busca, ou seja, uma fonte escrita ou falada verdadeira, no caso da técnica da história oral, da entrevista. Por sua vez, Lacan falava da ética do bem dizer, ética correlata ao sujeito. Não se trata de uma ética que dite conduta, modo de agir segundo o universal, mas o particular. Em história, coexiste o problema das sociedades plurais, marcadas pela existência de particularismos

---

representação falsa cuja função é dissimular a pertença dos indivíduos, professada por um indivíduo ou por um grupo, e de que estes têm interesse em não reconhecer o fato (...) in RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p.65.

<sup>15</sup> Sobre a operação historiográfica, é importante relembrarmos a concepção de Certeau (2008): (...) Donde este discurso fragmentado, feito de investigações táticas obedientes, cada uma, a regras próprias: abordagem sócio epistemológica (primeira parte), histórica (segunda parte), semiótica (terceira parte), psicanalítica e freudiana (quarta parte). Recusar a ficção de uma meta linguagem que unifica o todo é deixar aparecer a relação entre os procedimentos científicos limitados e aquilo que lhes falta do "real" ao qual se referem. É evitar a ilusão, necessariamente dogmatizante, própria do discurso que pretende fazer crer que é adequada ao real, ilusão filosófica oculta nos preâmbulos do trabalho historiográfico e da qual Schelling reconheceu maravilhosamente a ambição tenaz: O relato dos fatos reais é doutrinal para nós. Este relato engana porque acredita fazer a lei em nome do real (...) in Certeau, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p.10.

<sup>16</sup> Certeau (2008) faz uma referência do erotismo da linguagem, para nos fazer explicar a qual operação nos condicionou ocultar, vista pela psicanálise de Jacques Lacan: (...) Este momento escapa tanto às legalidades e às disciplinas do sentido como às violências do corpo; é o prazer ilegal e cerebral, de estar lá onde à linguagem anuncia, esmaecendo nela, o advento de uma violência desejada, temida, mantida à distância pelo espaço da audição. Este excesso erótico ocorre na sustentação do sistema que fez o corpo do outro observador. Ele supõe a legalidade que transgride. Que o desejo seja o reverso das leis, eis o que repete a voz escutada (...) in Certeau, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p.241.

também sociais, e deste modo debate-se na maioria das vezes com os sentidos relativos à articulação entre o reconhecimento público dos particularismos, e a resolução das desigualdades.

Os problemas sociais das minorias são frequentemente objeto de políticas próprias, mas o historiador tem de estar sempre habituado a não privilegiar em sua narrativa, uma cultura pela outra: somos cultura no plural. Essa foi uma problemática indicada por Ricoeur, onde a história possui narrativa ideológica. Se demandarmos uma interpretação cada vez mais, o mais ainda do sentido, esbarra-se no impossível: numa interpretação que faça cessar a recorrência do que isto ou aquilo quer dizer em termos narrativos. Poderia parecer um paradoxo: uma interpretação denuncia uma deficiência de sentido justamente por interpretar algo mais do que sentido narrativo em si e este sempre nos escaparia mesmo em uma matriz disciplinar falsificadora como a que Thomas Kuhn se debatia. Mas antes de ser paradoxal, tal fenômeno historiográfico é justamente o que faz nossa matriz epistêmica investigar as narrativas sob o prisma de novos paradigmas. E tanto mais narramos variadas histórias, mais descobrimos a multiplicidade do fenômeno: uma história sempre renovada. A antiga história serial, apenas cronológica, certamente gostaria de tamponar a questão do sentido narrativo por um significante último (a cronologia) em posição de saber que faria um efeito capital, bastando em si mesma. Mas será pela narrativa que o discurso analítico toca o real, não apenas por não ser monumental, mas indicando que a história é um real que se faz luz na linguagem. É preciso uma interpretação outra que a do sentido. A interpretação habitada no silêncio de uma Fonte escrita destaca o que Saussure chamou de significante semântico isolado, fora da cadeia, vazio de significação, mas cheio de sentido fixado de acordo com as contingências. Para além de um modelo, as perguntas que fazemos as Fontes escritas ou orais é que irão determinar uma razoável aproximação do real histórico do passado e mesmo do presente.

Tocamos nessa episteme para abordar o que é da ordem da interpretação em nossa operação historiográfica, e ele o define, sobretudo, como um léxico, um conjunto de signos em sua significação. Mas sabemos que se uma palavra é substituída inadvertidamente, e como o signo, pode ser substituível em uma série, ou seja, qualquer elemento pode ter sentido polissêmico. Então chegamos ao ponto que nosso artigo observa; a de que o historiador, sujeito de conhecimento *escolhe* narrar desta ou daquela maneira, interferindo em sua Fonte. O historiador tenciona conhecer o valor que têm as palavras para sua Fonte e ele se esforça por compreender o léxico de seu autor, citando, sublinhando, pontuando. A

contingência histórica, cronológica, temporal, programa a fuga de sentido indedutível e, também, inapreensível, ou seja, faz do sentido um real: um objeto achado em uma identidade narrativa.

Lembremo-nos da história monumental de Theodor Mommsen<sup>17</sup>, que escreveu a História de Roma de cinco volumes em 1854, ganhando um prêmio Nobel apenas em 1902 por isso. Como passar de um discurso marcado pelo significante do “mestre”, aquele mestre historiador que se atribuía um valor de verdade absoluta em sua época, que consistia no discurso onde comparece a transmissão de um saber total. Mas ocorre uma assimetria de discurso com seu tempo, quarenta e seis anos depois de ter escrito, chega para o historiador Mommsen o momento histórico para o seu reconhecimento que meio século antes seria prematuro. São perguntas que a narrativa pode decifrar dentro da temática do *tempo e narrativa* mais uma vez em Ricoeur. Ricoeur (1999)<sup>18</sup> faz uma lembrança sobre este fenômeno citando o historiador Shapp qual havia proposto que a história responde sobre o homem, ou seja, *die Geschichte steht für den Mann*. Em dias atuais, consideramos uma historiografia monumental do século XIX, arcaica e tendenciosa, mesmo positivista. Isso precede uma destituição atual daquela qualidade narrativa, o que significa que a historiografia tomou certa percepção daquela eleição da visão positivista da história serial que a ligava a história monumental, nos conduzindo a uma perda do real, que não desejamos. A restituição da subjetividade levada a contento pela comunidade epistêmica contemporânea, sobretudo a francesa, supõe um atravessamento, e essa temporalidade que implica numa perda tem também seu benefício epistêmico, pois com tempo, a narrativa revela muito mais nuances que em época de sua própria inauguração escrita pela Fonte. O acontecimento de Roma em tempos de Julio Cesar, seu “*regime acontecimental*” do que foi real, é aquilo que nos escapa ao simbólico, que é da ordem do demonstrável, do transmissível, será o que procuramos na narrativa da Fonte de Mommsen. Com a elaboração, construção e formalização dos discursos rotineiros e cronológicos apenas, fundado em um saber cumulativo e acadêmico no qual o sujeito como produto se resume em créditos e não como autoria, impossibilita sua credibilidade em dias atuais, dia epistêmicos narrativos diríamos. Por outro lado, a questão narrativa está na transmissão de um saber não todo, que o campo da história oferece a Universidade, a uma

---

<sup>17</sup> Referimo-nos a obra de Mommsen, Theodor: *Römische Geschichte*. Bd. 5. Leipzig: Weidmann, 1854.

<sup>18</sup> RICOEUR, Paul. *Historia y Narratividad*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1999, p.221.

editora, ou a um museu, como documento. Percebemos então que o historiador narra a transmissão de uma ética, de um compromisso com a fidelidade as Fontes atualmente, o que era impossível em um século como o XIX, ideológico, impregnado de guerras europeias e escolas doutrinárias tanto positivistas e seriais, como monumentais enciclopédicas.

Em nossa visão, a narrativa identitária de Mommsen gostaria de enaltecer o modelo de *império*, buscando no passado romano uma justificativa para o imperialismo alemão *fin-de-siècle*. A narrativa faz emergir o sentido, e surgindo, o faz aparecer. Sobretudo, uma identidade determina por variadas expressões que o autor empregou e o que significa ditando o sentido de sua própria narração. Com efeito, a identidade narrativa tem em suma, uma aproximação com abordagens psicológicas na historiografia francesa, sobretudo as de Charles Blondel<sup>19</sup> que influenciou a epistemologia tanto da *Revue de Synthèse Historique*, como da *Revue des Annales d'histoire économique et sociale*. Ricoeur (1999) nos aponta, por exemplo, um estudo da transcendência do ego perante o simbólico de que nos alertava também Jacques Lacan<sup>20</sup>. Logo, a narrativa de Ricoeur possuía pelos menos em relação ao conceito de *identidade narrativa* forte conexão psicanalítica, mesmo em sentido freudiano. Em sua obra *Interpretação e Ideologias*<sup>21</sup>, há toda uma gênese freudiana apontada em sua apresentação. Tanto Freud quanto Ricoeur perceberam que o sujeito pensa e se comunica em sua escrita utilizando-se de símbolos e nesta escolha do sujeito, consciente ou inconsciente, o indivíduo se desliga da estrutura social, objeto também epistêmico de Ricoeur. O não dito, do sujeito deveria ser dizível tanto sobre a existência, quanto sobre a própria vida. Assim, tanto a história quanto a psicanálise são essencialmente hermenêuticas interpretando e explicando um sentido pré-dado no sujeito<sup>22</sup>. Dizendo de outro modo, o sujeito da história possui sentido tanto pela dessimbolização quanto pela ressimbolização<sup>23</sup>.

---

<sup>19</sup> Ver sobre a influência da psicologia na historiografia francesa por Blondel em: DOSSE, François. *A História em Migalhas*. Bauru: EDUSC, 2003, p.72.

<sup>20</sup> RICOEUR, Paul. *Historia y Narratividad*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1999, p.229.

<sup>21</sup> Como observado em RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p.8.

<sup>22</sup> Sobre esta problemática, Ricoeur (1990) nos diz: (...) É extraordinário como as distorções que a psicanálise descreve e explica são interpretadas, no nível meta-hermenêutico em que Habermas se situa, como distorções da competência comunicativa (...). Como observado em RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p.141.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p.129.

Ricoeur descobre Freud em seu estudo *Da interpretação - Ensaio sobre Freud*. Nesta obra<sup>24</sup>, onde reflete sobre o conceito de sujeito reprimido onde o inconsciente é infinito, Ricoeur compara a infância do sujeito e sua relação com o período adulto, na mesma ênfase que damos para a pré-história e a história subsequente. Mas é o sujeito que narra possui um desejo. Coloca-o na direção ao enigma que vem do Outro sob o libelo de uma indagação do tipo em *que queres?* Isto nos interessa na medida em que sabemos que a linguagem toca o real que é narrado, como ficção outra do real, ou seja, do impossível que o fixa pela narrativa e da linguagem e por isso um texto histórico pode ter qualidade literária. A narrativa possui um lado, portanto, oculto na articulação linguageira, uma vez que um efeito daí se apreende. Dizendo de outra forma, a atenção epistêmica da narrativa ensina-nos o laço necessário que se estabelece pelo recorte, pelo número de vezes que ele comporta para que se obtenha uma narração da esfera do real, um meio de acesso concebível do real e concebível pelo impossível do absoluto na medida em que ela, a Fonte o demonstra. Acreditamos que se uma Fonte é narrada inúmeras vezes, propagarão variadas narrativas diferentes e poderíamos citar como Fonte deste fenômeno a narrativa bíblica ou da Constituição brasileira. A narrativa religiosa desampara o sujeito colocando atrelado diretamente ao simbólico e pode ser perigosa gerando uma escatologia infinita atrelada ao fanatismo, o que pode ser facilmente comprovado pelos problemas religiosos na Europa atual. Assim, no finalismo da narrativa religiosa, parece haver no sujeito, uma antecipação da vitória desta certeza da Fonte, o que será um absurdo para uma historiografia isenta. Se há, portanto uma verdade, essa verdade é pronunciada como meia verdade, meio dita, pois o pensamento é assimétrico do recurso linguístico no sujeito.

Não há nós um critério absoluto de verdade universal, pois a verdade não é um julgamento, mas uma operação repleta de interstício como nos indicava Foucault. E sabemos por Lacan, que a própria verdade é a causa do sofrimento no sujeito e por isso surgiu uma terapia na psicanálise. Não há certeza, mas há Fonte histórica e como a verdade não é um processo originário em uma ontologia absoluta, isto garantiu ao pensamento histórico um caráter dialético com esta narrativa que nos aponta Paul Ricoeur. Poderíamos pensar três problemas narrativos sobre a verdade em uma Fonte histórica: a) o problema da censura gnoseológica, relacionada a questão do conhecimento; b) a problemática do bem,

---

<sup>24</sup> Ver a edição inglesa: RICOEUR, Paul. *Freud and Philosophy: An Essay on Interpretation*. Delhi: Yale University Press, 2008, p.179.

como uma censura ética; c) E por fim uma censura da verdade, como problema ontológico, que possa ser percebida em uma narrativa que não seja isenta de ideologias ocultadas. O grego antigo sua língua comum a *koiné*, já produzia um termo neste sentido, a chamada *Hiperousia*, ou seja, realidade real, a milhares de anos atrás. Assim, a narrativa não prescinde nem constrói todo procedimento retórico, mas recorre à linguagem, e em alguns aspectos, ao neologismo, afirmando que na história não existe uma experiência de limite hermenêutico, mas a comunicação que a Fonte histórica nos delega. De outro modo, pensamos que não ajam limites para nossa narratividade.

O historiador fará signos para sua interpretação, e estes não serão escolhidos deliberadamente, existindo uma autocensura. Como bem disse Wittgenstein, “aquilo que não podemos falar devemos calar”. Sua obra *Tractatus* visa a estabelecer a distinção entre o que pode se dizer e o que não se pode dizer – e o que se deve então demonstrar. O que não se pode dizer é o que interessa verdadeiramente: a ética, a estética, o místico, a verdade, o sujeito – tudo o que concerne à significação, a *Bedeutung* de nossa existência. A dicotomia dos erros na linguagem criticada por Wittgenstein<sup>25</sup> será a dicotomia dos *Eros* em Lacan. Para evitar tais erros denunciados no *Tractatus* devemos usar uma linguagem simbólica que os exclua, pois esta não empregará superficialmente o mesmo signo para símbolos diferentes, e não empregará ainda os signos, que designam de maneira diversa, do mesmo modo, a mesma coisa. Como complicativo desse fenômeno narrativo, será em linguagem que existimos perante o mundo. Mas admitir na reflexão do sujeito, ou ainda no seio do discurso, a possibilidade de o predicado tornar-se sujeito, foi para Lacan, um axioma psicanalítico, quando refletimos sobre o amor e o seu oponente, o sadismo, quando sujeito e objeto se fundem. Assim, vemos expostas duas teses importantes, sobre a questão da metalinguagem, onde verdade e desejo são questionados como elementos de uma meia verdade lacaniana.

Na narração da Fonte, significante e significado estão ajuntados pela pura arbitrariedade onde um sujeito é um significante, falando para outro significante, pois tal arbitrariedade é a nossa capacidade mesma de interpretação, de hermenêutica. Podemos

---

<sup>25</sup> Estamos dialogando sobre uma proposição do filósofo austríaco: “o que não se pode falar, deve-se calar”. Está contida no livro WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1968, p.129.

nos lembrar das caricaturas sobre o imperador Pedro II<sup>26</sup>, onde ele foi retratado apanhando de palmatória do Papa da época. Ali vemos a contradição onde um significante do Poder monárquico é menos poderoso que outro significante, o do Poder eclesiástico, e é justamente tal contradição que garantiu a ironia da sátira. As diferenças de poderes se encontram justamente no significante, porque se revelam onde o signo é um objeto que representa para alguém, neste caso, uma “palmatória” e que formaram relações entre os sujeitos por um significante igualmente em metonímia que incluiu como ingrediente, como Hayden White (2008)<sup>27</sup> sempre defendeu em uma narrativa histórica, uma dose de ironia. É preciso outra interpretação em direção à hermenêutica do sentido. Esta obtém, sem dúvida, a queda de efeitos de significação em proveito de um surgimento de uma narração por vezes ideológica. A expressão usada pela satirização de D. Pedro II nos demonstra uma interpretação habitada de silêncio, mas destacando o ideal laico republicano pelas entrelinhas da charge, o que também devemos chamar de significante assemântico, segundo Lacan, fora da cadeia, vazio de significação, mas cheio de um gozo que o sentido fixa de acordo com as contingências históricas do século XIX brasileiro.

A questão religiosa não era a principal reivindicação dos republicanos, mas não podemos desconsiderar que o positivismo em seu bojo separou o Estado brasileiro da Igreja. Logo, a topologia de um texto narrado ensina-nos o laço necessário que se estabelece pelo recorte, pelo número de voltas que o signo provoca na charge e no contexto

---

<sup>26</sup> Esta caricatura foi desenhada por Rafael Bordalo Pinheiro, na obra *O Mosquito*, em 1878 com o título de *A questão religiosa* e foi coletada por: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.683. Ver abaixo:



<sup>27</sup> O que podemos entrever em sua obra: WHITE, Hayden. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Edusp, 2008, p.383. A este respeito diz: (...) O historiador precisa tratar o registro histórico ironicamente em algum ponto do seu trabalho, precisa admitir que os documentos querem dizer alguma coisa que não é o que dizem (...). Como vimos, White (2008) quer nos fazer entender os nuances do apotegma.

que ele comporta em termos de sentido, para que se obtenha uma modificação da leitura. Se tal posicionamento narrativo será apenas literal ou da esfera do simbólico no nome da revista “*O Mosquito*” e pelo título da sátira, “*O Conflito Religioso*”, é uma questão de opção de estilo, estética mesma. Em seu tempo, esta específica narrativa ocorre desde que o único acesso concebível ao impossível da sátira e concebível pelo real na medida em que ela o demonstre para o grande público letrado em seu tempo. Os antigos gregos já conheciam tal técnica de transmissão de uma verdade, mas com tendências semânticas de sátira e nomearam tal fenômeno como *apotegma*, que é uma pequena sentença em caráter aforístico que mescla um conteúdo de caráter moral com uma anedota. Portanto, sabemos que White<sup>28</sup> não nos demonstrou nenhuma epistemologia totalmente estranha ao nosso meio historiográfico. Tendo em conta que White assinalou Karl Marx, como usuário deste estilo e uso de apotegmas em pleno século XIX, quando escreveu em sua obra *Der Achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte*, que “a história retorna como tragédia ou farsa”. De outro modo, Freud e Lacan também perceberam os nuances na metonímia do narrado. A cadeia de significantes se apaga como no bojo de um traço, mas se apaga certamente para depois poder saber sobre este traço que se apagou, o objeto-causa por trás do sujeito, em metonímia. Desta forma, o sentido só se produz na hermenêutica de um discurso do outro e por isso a interpretação nem sempre é colocada à prova como uma verdade histórica. Ela só é verdadeira em sua continuidade, em sua sequência, e assim, a interpretação cria algo novo sobre um mesmo signo onde a interpretação é a interpretação de um dito. Um analista do discurso poderia perguntar qual é o significado deste dito e por isso uma interpretação implica que haja um espaço entre o que o historiador acredita em sua tese, ou melhor, quando está escrevendo o que ele seleciona.

Dizendo de outra forma, ocorre uma parte conhecida, a dita, e uma parte desconhecida, a dizer, o chamado não dito. O que Paul Ricoeur enfatiza neste paradigma é

---

<sup>28</sup> Ibidem. White (2008, p.328) nos delega um subcapítulo de sua obra *Meta-História*, onde discute as narrativas onde Marx se utilizou de ironia e de apotegmas em sua narrativa literária da história denunciando períodos históricos “farsescos”, segundo o mesmo historiador americano. Cita a narrativa de Marx em *O 18 Brumário*: (...) Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância da história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. A frase pode ser vista em língua alemã nestes termos: (...) Hegel bemerkte irgendwo, daß alle großen weltgeschichtlichen Tatsachen und Personen sich sozusagen zweimal ereignen. Er hat vergessen, hinzuzufügen: das eine Mal als Tragödie, das andere Mal als Farce (...). Fonte: MARX, Karl. *Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte*. Berlin: Dietz Verlag, 1960, p.5.

a questão da enunciação: quem o diz? Por interpretação, trata-se em obter que o que diz ao historiador não seja imputado como simples transferência, mas como lugar de enunciação. Surge a necessidade por hora nesta epistemologia de Ricoeur, de uma recusa apofântica, semelhante a uma lógica aristotélica, onde uma palavra subjetivada seja uma afirmação e não seja uma negação simplista, positivista que não admite nenhuma réplica sobre as Fontes históricas. O ponto nevrálgico encontra-se na frase “eu não te faço dizer”, parecida com aquela lei metodológica de “fazer falar as Fontes”. O *Outro* ao qual eu me endereço (o Outro da narrativa) não se junta sincronicamente ao *Outro* de onde se origina a palavra historiográfica. É deste Real que a interpretação do historiador faz da Fonte a sua obra historiográfica, pois de nossa posição subjetiva, nos adverte Ricoeur, somos responsáveis, e assim, esperando um ato em conjunto com uma interpretação interligada a uma ética, uma tomada de posição do sujeito da historiografia.

É essencial preservar na enunciação um ponto em que a origem da enunciação não seja falseada, quando identificada. Mas existe um discurso sem resposta, ou seja, uma questão que banalizam o que se diz? Bastaria para o historiador, visando traçar a fronteira entre a narrativa e a hermenêutica, e sob o estatuto de uma sutil separação, descobrir o objeto que nossa Fonte narrada se torna para nós o *Outro*, não correndo um perigo de aí se fixar a este objeto, tornando-a positivista. Mas a interpretação é sentido e vai contra a significação, se assim o narrador desejar apagar os significados do que ele próprio escreveu, caindo por vezes em contradição lógica, o que a epistemologia de Wittgenstein tentava nos salvaguardar. Pôs-se numa metonímia engendradora quando duas dadas retóricas (a lacaniana e a freudiana, a saber), produzem um efeito de substituição sobre um tema de equivalente semântica, neste caso, em psicanálise. Lacan segundo White (2008)<sup>29</sup>, concebeu “a metáfora e a metonímia como os ‘polos’ do comportamento linguístico, representando respectivamente os eixos contínuo (verbal) e descontínuo (nominal) dos atos da fala”. Isto aconteceu visando romper com o pensamento científico do século XIX de Freud, onde Lacan expressa uma concepção tropológica do discurso. Com efeito, nossas considerações finais apontam para uma fértil possibilidade de uma concreta interdisciplinaridade entre a história e a psicanálise. Alertava já Michel de Certeau

---

<sup>29</sup> Idem, p.46.

(2008)<sup>30</sup> dissertando, sobre uma *Aufklärung* freudiana, onde este encontro proporcionaria ao mesmo tempo compreender as constelações epistemológicas, novos recortes e objetos. Para Freud, os manuscritos dos pacientes são documentos históricos, operações científicas quais estendem elementos de sua própria cultura e de seu mal estar, como Fonte. Devemos também levar em consideração que no mesmo momento em que Paul Ricoeur estava fazendo uma epistemologia comparada entre a história, a filosofia e a psicanálise, estava empunhando seu maior debate epistêmico direcionado ao filósofo Jürgen Habermas. Habermas, acreditando em uma ação comunicativa, pensava esclarecer todos os conflitos humanos através de uma ética universalista. Igualmente, além de um modelo interdisciplinar, Ricoeur propõem este diálogo com várias ciências por acreditar que o objeto da psicanálise e da crítica filosófica às ideologias habermasiana, serão analogias da capacidade comunicativa dos sujeitos. Consideramos finalmente, que Ricoeur percebia na psicanálise um momento privilegiado do método da hermenêutica permitindo-lhe escapar às dificuldades da fenomenologia, sua origem epistemológica. Ora, para Ricoeur é preciso sempre salvaguardar uma função de exceção para que seja fundado este caráter interdisciplinar da função narrativa da história, para que deixemos existir outras *histórias*. O real historiográfico é o que existe no sentido narrado, inclusive no sentido psicanalítico, pois a história inclui a história da psicanálise.

### Referências:

- CERTEAU, M. **A Escrita da História**. II edi. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- CHARTIER, R. **A História Cultural: entre Práticas e Representações**. II edi. Lisboa: Difel, 2002.
- DOR, J. **Introdução à Leitura de Lacan: o Inconsciente Estruturado como Linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- DOSSE, F. **A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- LACAN, J. **O seminário. Livro 6. O Desejo e sua Interpretação**. Porto Alegre: Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2002.
- MARX, K. **Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte**. Berlin: Dietz Verlag, 1960.
- MOMMSEN, T. **Römische Geschichte**. Bd. 5. Leipzig: Weidmann, 1854.
- RIKOEUR, P. **Historia y Narratividad**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1999.

---

<sup>30</sup> Como podemos observar em seu capítulo de livro onde ele corrobora a nossa tese: *O histórico, produção da "Aufklärung" freudiana in CERTEAU, Michel. A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p.284.

RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

RÜSEN, J. **Razão Histórica - Teoria da História: os Fundamentos da Ciência Histórica**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

SCHWARCZ, L. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 1968,

WHITE, H. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. II edi. São Paulo: Edusp, 2008.